



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/03/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. EVENTOS.....	3 - 4
1.3. SELETIVOS.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EVENTOS.....	6
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	7 - 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	9 - 12
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. AÇÕES TJMA.....	13
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	14
4.3. SEM ASSUNTO.....	15
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	16
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. AÇÕES TJMA.....	17
6.2. EVENTOS.....	18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	19
7.2. JUÍZES.....	20 - 21
7.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	22

Pág. 3

Judiciário implanta unidade de acompanhamento da situação prisional



➡ Froz Sobrinho diz que a unidade vai estimular políticas públicas no setor carcerário

Judiciário implanta unidade de acompanhamento da situação prisional



Froz Sobrinho diz que a unidade vai estimular políticas públicas no setor carcerário

Denúncias sobre situação irregular no funcionamento de unidades prisionais e no tratamento aos apenados do sistema carcerário podem ser encaminhadas à Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. O novo órgão, recém-instalado pelo Judiciário, vai apoiar as ações da Justiça estadual na área da execução penal.

Entre as atribuições da unidade - que tem como coordenador geral o desembargador Froz Sobrinho - incluem-se a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal; apoio aos mutirões para reavaliar prisões; e implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos.

De acordo com o desembargador, a nova estrutura dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas no setor carcerário.

"A instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária, a implementação de políticas públicas no âmbito do sistema penitenciário também são competências da unidade", complementa o coordenador executivo, Ariston Apo-

liano.

SERVIÇOS - No local, funciona a sede do Programa Começar de Novo, responsável pela reinserção social de egressos do sistema prisional. Os internos que cumprem penas nos regimes aberto e semiaberto são encaminhados para cursos de capacitação profissional e vagas de trabalho.

O programa também facilita a emissão de documentos pessoais para os apenados, e fornece orientação e apoio psicossocial às famílias dos encarcerados.

Na divisão de assistência jurídica, é feito o acompanhamento da situação processual dos detentos e das guias de execução e o levantamento de informações de presos provisórios.

Os projetos do órgão são elaborados por uma equipe técnica, que é responsável pela produção dos relatórios das unidades prisionais existentes no Estado.

O órgão está instalado na rua do Egito, 166, próximo à sede administrativa do TJMA, no Centro de São Luís. Os telefones para contato são: (98) 3231 7555 (Programa Começar de Novo), 3231 7678 (divisão técnica), 3231 7429 (divisão de assistência jurídica). E-mail: coord_umf@tjma.jus.br.

DEFENSORIA ENTREGA NÚCLEO DE ATENDIMENTO NO INTERIOR DO MA



↳ Defensor geral Aldy Mello Filho e demais autoridades na inauguração do núcleo

Pág. 3

Defensoria entrega mais um núcleo de atendimento no interior do Maranhão



Defensor geral Aldy Mello Filho e demais autoridades na inauguração do núcleo

A Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA) continua o processo de expansão dos seus serviços para o interior do estado. Na última quarta-feira (20), a DPE entregou à população de Alcântara mais um núcleo de atendimento. Este é o 18º município a contar com acesso gratuito à Justiça, por meio da atuação de defensores públicos estaduais. Agora, já são 38 cidades atendidas pela instituição.

Na ocasião, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, ressaltou a intensiva busca da

Defensoria em alcançar o maior número possível de municípios, democratizando o acesso à Justiça no estado. "Temos encaminhado o processo de interiorização de forma equilibrada e responsável, reforçando a atuação em municípios onde já há Defensoria, de modo a manter qualidade na prestação dos serviços, ao mesmo tempo em que são abertas novas frentes de atuação. As sedes dos núcleos têm sido estruturadas de modo a garantir condições de trabalho aos profissionais e, sobre-

tudo, um atendimento digno à população", comentou.

O defensor Marcos Fort, titular do núcleo, destacou que a chegada da Defensoria marca um novo momento para a Justiça da cidade. "Agora o cidadão de Alcântara poderá exercer sua cidadania em plenitude. A interiorização dos serviços da Defensoria fortalece não somente a instituição, mas, acima de tudo, a democracia", frisou.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, destacou que, com a implantação do núcleo, a população encontrará o amparo necessário para a resolução dos seus conflitos. "Vimos somar com as demais instituições e órgãos para que o povo de Alcântara tenha seus direitos garantidos", ressaltou.

Audiência Pública

Durante audiência, realizada pela manhã, precedendo à inauguração, o defensor geral, Aldy Mello Filho, fez uma apresentação das atividades desenvolvidas pela Defensoria e elencou os números relativos ao crescimento do órgão e dos serviços ofere-

cidos à população.

A presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara, Geuza Maria dos Santos, elogiou o trabalho da Defensoria e reconheceu a importância da implantação do núcleo para a população alcantarense. "A comunidade, agora, se sentirá mais segura, na certeza de que a Defensoria irá representá-la. Temos uma comunidade pobre, que muitas vezes, fica sem defesa jurídica por não poder pagar um advogado", disse.

A deputada estadual Gardênia Castelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, pôs a Assembleia Legislativa à disposição da instituição. "Parabenizamos a Defensoria pelo belíssimo trabalho que vem desenvolvendo, em especial nesses dois anos. É nítida sua evolução", afirmou.

Também participaram do evento a subdefensora-geral, Mariana Albano Almeida, além de representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Legislativo e Executivo municipal e sociedade civil.

Concurso de Redação para estudantes

O Tribunal de Justiça do Maranhão completa, em 4 de novembro de 2013, 200 anos de instalação.

A passagem de seu bicentenário será comemorada com programação que inclui o Concurso de Redação (Edital Nº 001/2013), destinado aos estudantes do nível médio de escolas particulares e públicas de São Luís.

O concurso premiará com passagem aérea à cidade Fortaleza (CE) - com direito a hospedagem e acompanhante, o primeiro colocado, e com um computador portátil do tipo notebook o segundo colocado.

A pesquisa de informações sobre o tema pode ser feita na Biblioteca do TJMA, que funciona diariamente. As informações para inscrição de interessados estão disponíveis no Portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br).

Em anexo, seguem o Edital e a Ficha de Inscrição do referido concurso, para conhecimento.

➔ NO INTERIOR

Defensoria entrega mais um núcleo de atendimento no MA

A Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA) continua o processo de expansão dos seus serviços para o interior do estado. Na última quarta-feira (20), a DPE entregou à população de Alcântara mais um núcleo de atendimento. Este é o 18º município a contar com acesso gratuito à Justiça, por meio da atuação de defensores públicos estaduais. Agora, já são 38 cidades atendidas pela instituição.

Na ocasião, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, ressaltou a intensiva busca da Defensoria em alcançar o maior número possível de municípios, democratizando o acesso à Justiça no estado. "Temos encaminhado o processo de interiorização de forma equilibrada e responsável, reforçando a atuação em municípios onde já há Defensoria, de modo a manter qualidade na prestação dos serviços, ao mesmo tempo em que são abertas novas frentes de atuação. As sedes dos núcleos têm sido estruturadas de modo a garantir condições de trabalho aos profissionais e, sobretudo, um atendimento digno à população", comentou.

O defensor Marcos Fort, titular do núcleo, destacou que a chegada da Defensoria marca um novo momento para a Justiça da cidade. "Agora o



Defensor geral Aldy Mello Filho e demais autoridades na inauguração do núcleo

de Alcântara poderá exercer sua cidadania em plenitude. A interiorização dos serviços da Defensoria fortalece não somente a instituição, mas, acima de tudo, a democracia", frisou.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, destacou que, com a implantação do núcleo, a população encontrará o amparo necessário para a resolução dos seus conflitos. "Vimos somar com as demais instituições e órgãos para que o povo de Alcântara tenha seus direitos garantidos", ressaltou.

AUDIÊNCIA PÚBLICA - Durante audiência, realizada pela manhã, precedendo à

inauguração, o defensor geral, Aldy Mello Filho, fez uma apresentação das atividades desenvolvidas pela Defensoria e elencou os números relativos ao crescimento do órgão e dos serviços oferecidos à população.

A presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara, Geuza Maria dos Santos, elogiou o trabalho da Defensoria e reconheceu a importância da implantação do núcleo para a população alcantareense. "A comunidade, agora, se sentirá mais segura, na certeza de que a Defensoria irá representá-la. Temos uma comunidade pobre, que muitas ve-

zes, fica sem defesa jurídica por não poder pagar um advogado", disse.

A deputada estadual Gardênia Castelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, pôs a Assembleia Legislativa à disposição da instituição. "Parabenizamos a Defensoria pelo belíssimo trabalho que vem desenvolvendo, em especial nesses dois anos. É nítida sua evolução", afirmou.

Também participaram do evento a subdefensora-geral, Mariana Albano Almeida, além de representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Legislativo e Executivo municipal e sociedade civil.

Zona Rural de São Luis vai receber projeto 'Jovem Comissário'

PÁGINAS 3

Zona Rural de São Luis vai receber projeto 'Jovem Comissário'

A Zona Rural de São Luis vai receber, nos próximos dias, uma edição do projeto "Jovem Comissário". A decisão é do juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância de São Luis. O projeto foi idealizado pela unidade judicial e tem o objetivo de formar jovens comissários, que atuarão como agentes multiplicadores dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A iniciativa de levar o projeto às localidades foi tomada após visita feita pelo magistrado, servidores da vara da infância e da corregedoria à zona rural de São Luis. Lá, segundo José Américo, verifi-

cou-se uma carência de acesso à Justiça muito grande.

"Sou juiz há vinte e um anos e fiquei impressionado com a carência da zona rural de São Luis, onde impera uma dificuldade de acesso à Justiça sem precedentes. Isso está diretamente ligado às condições econômicas das pessoas, fruto de uma política pública ineficaz. Vi situações melhores em alguns povoados dos interiores em que trabalhei", afirmou ele.

Após uma segunda reunião com servidores da corregedoria de Justiça, Polícia Militar, BENFAM, comissários e técnicos da justiça e o conselho tutelar da área rural, José Américo decidiu levar o projeto jovem comissá-

rio até a Zona Rural, uma vez que já foi implantado com êxito na cidade.

"A carência é a prioridade", argumentou o comissário Luis Sérgio Duarte, um dos coordenadores do projeto. O primeiro contato foi efetivado numa escola da zona rural pela pedagoga da vara da infância Amelici Carla Rego, que externou a satisfação com que a comunidade escolar da zona rural acolheu o projeto.

"O projeto jovem comissário na zona rural da capital será uma porta de abertura para outras ações da Justiça da Infância, tais como a regularização de crianças e adolescentes em situação de guarda de fato irregular", avalia José Américo.



Juiz José Américo

Táxi-lotação terá de ser autorizado pela Prefeitura

Medida determinada pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública atende a cooperativa da área Itaqui-Bacanga. **Geral 5**

Juiz determina que o Município de São Luís autorize táxi-lotação

Medida do magistrado José Jorge Figueiredo dos Anjos atende aos associados da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga, que alegam que os moradores da região não dispõem de serviço de qualidade oferecido pelas empresas de ônibus

O juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Pública, José Jorge Figueiredo dos Anjos, determinou que o Município de São Luís forneça a autorização da atividade táxi-lotação aos associados da Cooperativa de Táxi e Transporte da Área Itaqui-Bacanga (Coopettaib). Com uma frota de 170 veículos, a cooperativa atende pelo menos 10 mil moradores da região, que optaram pelo serviço por causa da precariedade do sistema de transporte coletivo oferecido pelas empresas de ônibus que atuam na área.

A Coopettaib buscou na Justiça o direito de licenciamento para o transporte remunerado de bagagens e passageiros. Formada por moradores daquela região, a cooperativa é registrada na Prefeitura de São Luís, com a inscrição municipal 0007676200-7, e já havia tentado de várias formas a regularização junto ao Município. sem resposta favorável, os associados entraram na Justiça.

A sentença favorável aos cooperados foi proferida na segunda-feira (18) e encaminhada ontem para publicação no Diário da Justiça Eletrônico. “Nós já havíamos concedido liminar favorável à cooperativa em outubro de 2011, mas ela foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça, à época. O processo seguiu e eu julguei o mérito da ação, concedendo à Coopettaib o direito de explorar o serviço de táxi-lotação na região”, informou o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos.

Segundo ele, a decisão foi baseada no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê esse tipo de serviço. Em diversas ou-

Mais

Segundo o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, a decisão ainda é passível de recurso e remessa. Ainda que não haja contestação da sentença, o que pode ser feito pela Procuradoria Geral do Município, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça, pois trata-se de uma decisão contrária à Fazenda Pública.

tras capitais brasileiras, o táxi-lotação já foi legalizado. “O serviço não é legalizado, mas é lícito. Em São Luís, o táxi-lotação surgiu de uma necessidade da população, e agora cabe à Prefeitura regulamentar o serviço, enviando projeto de lei à Câmara Municipal. Não estamos criando nada, pois esta já é uma realidade em diversas cidades brasileiras”, afirmou o titular da 3ª Vara da Fazenda Pública. Em sua sentença, o juiz também determinou que sejam liberados os dois veículos da cooperativa que estão apreendidos no pátio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

Com uma população de 180 mil habitantes morando em quase 60 bairros e comunidades, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área Itaqui-Bacanga é a que mais utiliza o serviço de táxi-lotação em São Luís. De acordo com os usuários do transporte coletivo da capital que moram na área Itaqui-Bacanga, às 9h as paradas de ônibus ao longo da Avenida dos Portugueses ainda estão lotadas e os moradores à espera

Números

700

é o número estimado de veículos que prestam o serviço irregular de táxi-lotação em São Luís

170

carros é a frota da Coopettaib

400

veículos particulares, organizados em cooperativas, prestam o serviço de táxi-lotação na área Itaqui-Bacanga

10

mil é o número estimado de passageiros que utilizam o serviço de táxi-lotação na localidade

de um coletivo que, em alguns casos, demora até 40 minutos para passar, dependendo da linha.

Monopólio - Uma das maiores reclamações dos moradores da área era o monopólio do serviço de transporte urbano pela empresa Taguatur, que mantinha 101 veículos operando 20 linhas. Desde domingo (17) três novas linhas de ônibus, de outras três empresas da capital, passaram a operar na região, aumentando para cerca de 130 o número de ônibus e 25 o total de linhas que atendem

Flora Dolores



No Anel Viário, táxi-lotação atua no transporte de passageiros para comunidades da área Itaqui-Bacanga

a população da região. Mesmo assim, a população continuou reclamando dos problemas relativos ao transporte de passageiros na área. Em dezembro do ano passado, outras duas de ônibus já haviam sido criadas para a área pela Prefeitura.

A Coopettaib tem 150 sócios. Os motoristas associados trabalham em dois pontos na Praça Deodoro, um dos principais pontos de ônibus da cidade. Os veículos particulares transportam os moradores da área Itaqui-Bacanga para o Centro pelo pre-

ço de R\$ 2,00. Esse valor é menor do que a tarifa mais cara - R\$ 2,10 - cobrada pela maioria das linhas de ônibus que prestam serviço na área Itaqui-Bacanga. Os carros fazem linha para o Anjo da Guarda, vilas Mauro Fecury I e II, Vila Nova, Fumacê, Gancharia e Alto da Esperança.

Não há dados oficiais, mas apenas na área Itaqui-Bacanga duas das cooperativas que prestam o serviço somam pelo menos 400 veículos e os próprios representantes destas associações estimam que outros 300

veículos atuem de forma independente em diversas outras áreas da capital, formando uma frota que já é equivalente a 64% da de ônibus de São Luís. Mas, de acordo com o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos, a decisão tomada por ele não abre precedentes para que outras cooperativas consigam na Justiça o direito de explorar o serviço em São Luís. "Minha sentença diz respeito à Coopettaib. Outras cooperativas podem até entrar com ações na Justiça, mas fica a critério do juiz a decisão", disse.

Conselheiro do CNJ visita o TJMA

Neves Amorim destacou ontem as políticas públicas de conciliação

“**A** conciliação em questões judiciais pode ser a grande solução para o Judiciário. É uma forma de harmonização e atitude que coopera para que a Justiça seja mais célere e eficiente em seu papel de mediadora de conflitos”, defendeu o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Neves Amorim, em visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Amorim, que é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, veio a São Luís abrir curso, ontem, em políticas públicas de conciliação e mediação promovido pelo Núcleo Permanente de

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA. Coordenam as atividades com o conselheiro os juízes Gustavo Procópio Bandeira de Melo (TJPB) e Hildebrando da Costa Marques (TJMT).

Magistratura - O treinamento no auditório da Fiema procurou disseminar na magistratura maranhense métodos consensuais de soluções conflitos como alternativa para desafogar o número de processos que tramitam na Justiça.

No Maranhão, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça instalou seis centros de negociação de processos (cinco deles em São Luís), nos quais o cidadão pode buscar acordo para solucionar disputas judiciais. O trabalho dessas unidades abrange as áreas cível, fazendária, previdenciária, de família e Juizados Especiais Cíveis e de Relação de Consumo.

MONITORADOS

Judiciário implanta unidade de acompanhamento da situação prisional

Denúncias sobre situação irregular no funcionamento de unidades prisionais e no tratamento aos apenados do sistema carcerário podem ser encaminhadas à Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. O novo órgão, recém-instalado pelo Judiciário, vai apoiar as ações da Justiça estadual na área da execução penal.

Entre as atribuições da unidade - que tem como coordenador geral o desembargador Froz Sobrinho - incluem-se a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal; apoio

aos mutirões para reavaliar prisões; e implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos.

INOVAÇÃO - De acordo com o desembargador, a nova estrutura dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas no setor carcerário.

"A instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária, a implementação de políticas públicas no âmbito do sistema penitenciário também são competências da unidade", complementa o

coordenador executivo, Ariston Apoliano.

SERVIÇOS - No local, funciona a sede do Programa Começar de Novo, responsável pela reinserção social de egressos do sistema prisional. Os internos que cumprem penas nos regimes aberto e semiaberto são encaminhados para cursos de capacitação profissional e vagas de trabalho.

O programa também facilita a emissão de documentos pessoais para os apenados, e fornece orientação e apoio psicossocial às famílias dos encarcerados.

Na divisão de assistência jurídica, é feito o acompanhamento da situação processual

al dos detentos e das guias de execução e o levantamento de informações de presos provisórios.

Os projetos do órgão são elaborados por uma equipe técnica, que é responsável pela produção dos relatórios das unidades prisionais existentes no Estado.

O órgão está instalado na rua do Egito, 166, próximo à sede administrativa do TJMA, no Centro de São Luís. Os telefones para contato são: (98) 3231 7555 (Programa Começar de Novo), 3231 7678 (divisão técnica), 3231 7429 (divisão de assistência jurídica). E-mail: coord_umf@tjma.jus.br.

VISITA

Sejap recebe Conselho da Comunidade na Execução Penal

O secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, recebeu, na quarta-feira (20), representantes do Conselho da Comunidade na Execução Penal. O conselho, que conta com membros de entidades religiosas, defensores públicos, assistentes sócias e da sociedade civil, se reuniu para discutir sobre o sistema penitenciário e dar boas-vindas ao novo secretário.

O presidente do Conselho da Comunidade, Gerson Lelis, explicou ao secretário as ações desempenhadas pelo conselho. Segundo ele, são feitas visitas regulares às unidades prisionais e na ocasião é verificada a situação dos internos no âmbito jurídico, religioso e das necessidades básicas que são exigidas pela Lei de Execução Penal (LEP), após isso é feito um relatório que é posterior-

mente enviado aos órgãos competentes, inclusive a Sejap.

BEM RELACIONADOS - Em nome do Conselho, que funciona atualmente na sede da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (TJ), na Avenida Beira Mar, Gerson Lelis ressaltou que o grupo está feliz pela escolha do Uchôa para comandar o sistema "O conselho das comunidades está à disposição para ajudar na execução de um bom trabalho" salientou.

Para o secretário Sebastião Uchôa, a ideia é implementar na Sejap um modelo de gestão que sirva para agora e para as futuras administrações, visando sempre a qualidade do sistema carcerário do Maranhão "Vemos com bons olhos a vontade que demonstra instituições como o conselho da comunidade em ajudar e fazer parte da luta pela melhoria do sistema" frisou Uchôa.

PROCESSO

E-mail aponta suposta tentativa de favorecimento a filha de magistrado



O desembargador Fernando da Costa Tourinho Neto

Um e-mail enviado acidentalmente levantou a suspeita de que o desembargador Fernando Tourinho Neto, integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pediu favorecimento a um processo da filha dele a outro conselheiro do órgão, segundo informou na edição de quarta o jornal "O Estado de S. Paulo".

De acordo com o jornal, Tourinho Neto pediu ao conselheiro Jorge Hélio, ocupante da vaga destinada à advocacia no CNJ, que desse celeridade à análise de um pedido da juíza Lilian Tourinho. Ela queria transferência do Pará para Salvador. O caso se tornou público porque o desembargador mandou por engano para a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) um e-mail destinado à filha.

Um dia depois do pedido, Jorge Hélio concedeu liminar (decisão provisória), mas depois voltou atrás e revogou a decisão. Jorge Hélio negou que tenha agido para favorecer a filha de Tourinho, afirmou que deu a liminar porque estava convicto, mas que as argumentações da juíza o induziram a erro, posteriormente corrigido.

Tourinho negou que tenha pedido ao conselheiro para favorecer a filha. "Não tem conluio. E eu não sou advogado. Estava fazendo pedido de pai, não como conselheiro. Queria que julgasse logo. De maneira alguma houve intenção de pedir que deferisse", afirmou Tourinho Neto.

O caso veio à tona um dia depois de o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, criticar o

que chamou de "conluio" entre advogados e juízes. Na ocasião, Barbosa e Tourinho Neto travaram um debate amistoso sobre o assunto.

O conselheiro Tourinho Neto explicou que há um processo no CNJ para acabar com o congelamento de promoções e remoções de juízes. O congelamento prevê que um juiz aguarde até um ano em uma função antes de requerer transferência. Segundo Tourinho, a filha pleiteou que o processo geral sobre congelamento fosse julgado antes de sua remoção, porque ela poderia ser beneficiada.

"Me encontrei no corredor com Jorge Hélio. Isso foi dia 5. Disse do pedido da minha filha e falei que havia urgência. Pedi que examinasse, concedendo ou negando. No dia 6, meu assessor disse por e-mail que o conselheiro Jorge Hélio esteve aqui [no gabinete] e pediu para dizer que deferiu a liminar. E que assim que fosse assinado mandaria para mim, para dona Conceição, que é minha mulher, e para Lilian", relatou Tourinho.

■ DIREITO DA CRIANÇA

Juiz condena Google por exposição de maranhense

Uma postagem na internet envolvendo uma criança maranhense levou à condenação do site Google Brasil. Considerando o vídeo ofensivo, os pais denunciaram ao Ministério Público e o caso foi a julgamento. Após ver as imagens, o juiz José Américo Abreu Costa, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, considerou ofensivo à criança e puniu o site. Foi determinado ao Google Brasil que retirasse o vídeo do ar. Em seu argumento, o juiz avaliou que o site não possui ferramentas eficazes de segurança para impedir postagens desta natureza. Para o juiz, uma vez disponibilizado o

espaço no site, a empresa teria a obrigação de atentar para os dispositivos de segurança e controle mínimos, além de possuir ferramenta de identificação do usuário. Ao não ter atenção a estes itens, o site “deve ser responsabilizada pelo risco de seu empreendimento”, entendeu o juiz. Já os representantes do site alegaram que por se tratar de cadastro realizado por login e senha, não há como ter o controle das postagens. O juiz não considerou a justificativa e ficou configurado o reconhecimento pela própria empresa da ineficiência da forma de cadastramento. (SV)

São Luís

Judiciário implanta unidade de acompanhamento da situação prisional

Denúncias sobre situação irregular no funcionamento de unidades prisionais e no tratamento aos apenados do sistema carcerário podem ser encaminhadas à Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. O novo órgão, recém-instalado pelo Judiciário, vai apoiar as ações da Justiça estadual na área da execução penal.

Entre as atribuições da unidade – que tem como coordenador geral o desembargador Froz Sobrinho – incluem-se a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal; apoio aos mutirões para reavaliar prisões; e implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos.

De acordo com o desembargador, a nova estrutura dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas no setor carcerário.

“A instalação de núcleos de assistência jurídica voluntária, a implementação de políticas públicas no âmbito do sistema penitenciário também são competências da unidade”, comple-

menta o coordenador executivo, Ariston Apoliano.

SERVIÇOS - No local, funciona a sede do Programa Começar de Novo, responsável pela reinserção social de egressos do sistema prisional. Os internos que cumprem penas nos regimes aberto e semiaberto são encaminhados para cursos de capacitação profissional e vagas de trabalho.

O programa também facilita a emissão de documentos pessoais para os apenados, e fornece orientação e apoio psicossocial às famílias dos encarcerados.

Na divisão de assistência jurídica, é feito o acompanhamento da situação processual dos detentos e das guias de execução e o levantamento de informações de presos provisórios.

Os projetos do órgão são elaborados por uma equipe técnica, que é responsável pela produção dos relatórios das unidades prisionais existentes no Estado.

O órgão está instalado na rua do Egito, 166, próximo à sede administrativa do TJMA, no Centro de São Luís. Os telefones para contato são: (98) 3231 7555 (Programa Começar de Novo), 3231 7678 (divisão técnica), 3231 7429 (divisão de assistência jurídica). E-mail: coord_umf@tjma.jus.br.

Alcântara

Defensoria entrega mais um núcleo de atendimento no interior do Maranhão



Defensor geral Aldy Mello Filho e demais autoridades na inauguração do núcleo

A Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA) continua o processo de expansão dos seus serviços para o interior do estado. Na última quarta-feira (20), a DPE entregou à população de Alcântara mais um núcleo de atendimento. Este é o 18º município a contar com acesso gratuito à Justiça, por meio da atuação de defensores públicos estaduais. Agora, já são 38 cidades atendidas pela instituição.

Na ocasião, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, ressaltou a intensiva busca da Defensoria em alcançar o maior número pos-

sível de municípios, democratizando o acesso à Justiça no estado. "Temos encaminhado o processo de interiorização de forma equilibrada e responsável, reforçando a atuação em municípios onde já há Defensoria, de modo a manter qualidade na prestação dos serviços, ao mesmo tempo em que são abertas novas frentes de atuação. As sedes dos núcleos têm sido estruturadas de modo a garantir condições de trabalho aos profissionais e, sobretudo, um atendimento digno à população", comentou.

O defensor Marcos Fort,

titular do núcleo, destacou que a chegada da Defensoria marca um novo momento para a Justiça da cidade. "Agora o cidadão de Alcântara poderá exercer sua cidadania em plenitude. A interiorização dos serviços da Defensoria fortalece não somente a instituição, mas, acima de tudo, a democracia", frisou.

A corregedora geral da DPE, Fabiola Almeida Barros, destacou que, com a implantação do núcleo, a população encontrará o amparo necessário para a resolução dos seus conflitos. "Vimos somar com as demais instituições e órgãos para que o povo de Alcântara tenha seus direitos garantidos", ressaltou.

Audiência Pública

Durante audiência, realizada pela manhã, precedendo à inauguração, o defensor geral, Aldy Mello Filho, fez uma apresentação das atividades desenvolvidas pela Defensoria e elencou os números relativos ao crescimento do órgão e dos serviços oferecidos à população.

A presidente da Associação de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara, Geuza Maria dos Santos, elogiou o trabalho da Defensoria e reconheceu a importância da implantação do núcleo para a população alcantarense. "A comunidade, agora, se sentirá mais segura, na certeza de que a Defensoria irá representá-la. Temos uma comunidade pobre, que muitas vezes, fica sem defesa jurídica por não poder pagar um advogado", disse.

A deputada estadual Gardênia Castelo, representando o presidente da Assembleia Legislativa, Amaldo Melo, pôs a Assembleia Legislativa à disposição da instituição. "Parabenizamos a Defensoria pelo belíssimo trabalho que vem desenvolvendo, em especial nesses dois anos. É nítida sua evolução", afirmou.

Também participaram do evento a subdefensora-geral, Mariana Albano Almeida, além de representantes do Ministério Público, Poder Judiciário, Legislativo e Executivo municipal e sociedade civil.

Judiciário implanta unidade para acompanhar situação prisional

Denúncias sobre situação irregular no funcionamento de unidades prisionais e no tratamento aos apenados do sistema carcerário podem ser encaminhadas à Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão. O novo órgão, recém-instalado pelo Judiciário, vai apoiar as ações da Justiça estadual na área da execução penal.

Entre as atribuições da unidade – que tem como coordenador geral o desembargador Froz Sobrinho – incluem-se a fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal; apoio aos mutirões para reavaliar prisões; e implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de internos e egressos.

De acordo com o desembargador, a nova estrutura dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, com o objetivo de estimular políticas públicas no setor carcerário.

Serviços – No local, funciona a sede do Programa Começar de Novo, responsável pela reinserção social de egressos do sistema prisional. Os internos que cumprem penas nos regimes aberto e semiaberto são encaminhados para cursos de capacitação profissional e vagas de trabalho. O órgão está instalado na Rua do Egito, 166, próximo à sede administrativa do TJ-MA, no Centro de São Luís. Os telefones para contato são: (98) 3231- 7555 (Programa Começar de Novo), 3231-7678 (divisão técnica), 3231-7429 (divisão de assistência jurídica). E-mail: coord_umf@tjma.jus.br.

Conselheiro do CNJ defende conciliação em visita ao TJ-MA

“A conciliação em questões judiciais pode ser a grande solução para o Judiciário. É uma forma de harmonização, e atitude que coopera para que a Justiça seja mais célere e eficiente em seu papel de mediadora de conflitos”, defendeu o conselheiro do CNJ, Neves Amorim, em visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Também participaram do encontro com o conselheiro os desembargadores Cleones Carvalho Cunha (corregedor-geral da Justiça), Jamil Gedeon (ex-presidente da Corte), José Bernardo Silva Rodrigues, Froz Sobrinho (presidente e corregedor do TRE-MA), Anildes Chaves Cruz (ex-presidente da Corte Eleitoral) e Raimundo Barros.

Amorim, que é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, veio a São Luís abrir curso na quinta-feira (20) em políticas públicas de conciliação e mediação promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJ-MA. Coordenam as atividades com o conselheiro os juízes Gustavo Procópio Bandeira de Melo (TJPB) e Hildebrando da Costa Marques (TJ-MT).

O treinamento no auditório da Fiema procurou disseminar na magistratura maranhense métodos consensuais de soluções conflitos como alternativa para desafogar o número de processos que tramitam na Justiça.

No Maranhão, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, instalou seis centros de negociação de processos (cinco deles em São Luís), onde o cidadão pode buscar acordo para solucionar disputas judiciais. O trabalho dessas unidades abrange as áreas cível, fazendária, previdenciária, de família e Juizados Especiais Cíveis

e de Relação de Consumo.

Ao final da visita, o presidente Guerreiro Júnior presenteou Neves Amorim com edição do álbum “São Luís: Memória & Tempo”, publicado com apoio institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Solução rápida – De acordo com o CNJ, por meio das Semanas de Conciliação em todo o país, mais de três milhões de brasileiros foram beneficiados com a resolução de questões judiciais que poderiam ter tramitado durante vários anos nas varas judiciais. Mais de R\$ 4 bilhões foram movimentados nas negociações, e 750 mil processos foram extintos.



DIVULGAÇÃO

Neves Amorim foi recebido pelo presidente Guerreiro Júnior e desembargadores do TJ-MA



CARTAS AO DR. PÊTA

drpeta@box.elo.com.br
drpetta@gmail.com

Caro Dr. Pêta;

Pela segunda vez foi adiada a audiência do processo que pede a cassação do registro de candidatura do atual prefeito de Pinheiro, Filuca Mendes. Na primeira vez, foi adiada pela troca dos advogados do denunciado; agora foi a falta de Juiz na comarca. A titular teria viajado para fazer audiência em outra cidade.

A própria juíza marcou a audiência. Fatos como este talvez expliquem o apoio da população ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, que afirmou, terça-feira, que essa situação revela o que existe de mais 'pernicioso' na Justiça brasileira.

Barbosa, após ouvir o relatório sobre o caso envolvendo o juiz, atacou a relação de magistrados e advogados e disse que esse conluio é pernicioso porque "sabemos que há decisões graciosas, condescendentes e fora das regras". Somos obrigados a concordar com o presidente do CNJ. Se a juíza marca uma audiência e vai realizar outra, é sinal de que alguma coisa está errada. Mas a população de Pinheiro acredita, pois a "Justiça tarda mais não falha".

*(Gustavo Urbano Lopes -
Pinheiro - MA)*



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2013
Processo n.º 49190/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO**, Tipo **MENOR PREÇO**, por **LOTE ÚNICO**, para contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do ambiente do novo *datacenter* do Tribunal de Justiça do Maranhão, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **25/03/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)** está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 21 de março de 2013

Jonnilson Nogueira dos Passos
Pregoeiro TJ/MA